

A partir da Defesa Permanente: o Serviço de Defesa do Café do Espírito Santo entre 1927 e 1930.

*The Coffee Policy in Espirito Santo state
(Brazil) between 1927 and 1930.*

Rogério Naques Faleiros*

Ivanil Nunes**

JEL Classification: N56, N96

RESUMO: Descrever a especificidade da estrutura e do funcionamento do Serviço de Defesa do Café no estado do Espírito Santo, estabelecido em 1927, entendendo que o grupo de interesses ligado ao setor cafeeiro neste estado assumiu papel coadjuvante e reflexo no conjunto dos chamados estados produtores num momento especial da história da cafeicultura no Brasil, qual seja, a defesa permanente na década de 1920, capitaneada pelo estado de São Paulo a partir de dezembro de 1924. Utilizamos como fonte documental as Mensagens dos Presidentes de alguns Estados produtores e o Anuário Estatístico de São Paulo de 1948.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço de Defesa do Café, Cafeicultura, Espírito Santo.

ABSTRACT: Describe the specific structure and operation of coffee's policy in the state of Espirito Santo, Brazil between 1927 and 1930, considering that the interest group linked to the coffee plantation in this state had assumed a supporting role and reflex among all the producing states in a special moment in the history of coffee in Brazil, namely the Permanent Defense Policy in the 1920s, led by state São Paulo from December 1924. Our sources are Messages of the Presidents of States the Espirito Santo, Sao Paulo, Minas Gerais and Rio de Janeiro and the Statistical Yearbook of Sao Paulo (1948).

KEYWORDS: Coffee Policy, Coffee economy, Espirito Santo.

1) Introdução:

Em função da superprodução, a cafeicultura brasileira deixou de ser potencialmente dinâmica no final do século XIX, passando, desde então, a conviver com diversas políticas de defesa dos preços, ora intermitentes, ora permanentes, ora definidas pelo governo brasileiro e ora capitaneadas pelos governos estaduais,

* Doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil. É autor dos livros *Homens do Café* (2008) e *Fronteiras do Café* (2010). rogerio.faleiros@ufes.br

** Doutor em Ciências Sociais pela USP. Pós-Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação, em Geografia Regional, pela USP. É autor dos livros “Douradense: a agonia de uma ferrovia” (2005) e “Integração ferroviária sul-americana: por que não anda esse trem?” (2011). profivanilnunes@hotmail.com

notadamente São Paulo, num mecanismo que perdurou pelo menos até 1937, portanto, por mais de quarenta anos. Ainda que a queda dos preços se manifestasse, os cafeicultores, dentro de uma racionalidade específica a esta atividade, insistiam em novos plantios, mantendo a fronteira agrícola em constante movimento. Tal racionalidade deriva de três fatores: i) da compensação da queda de produtividade nas lavouras mais antigas com novos plantios nas zonas de expansão, ii) em parte pelo próprio movimento dos preços internacionais, iii) da própria manutenção e coesão da força de trabalho disponível às fazendas, sempre ávida por novas lavouras com vistas à ampliação de seu acesso a terra, de modo que os mecanismos de rebaixamento dos salários monetários dos trabalhadores do café persistiram no tempo e no espaço (Faleiros, 2010). Nestes termos, por mais que a superprodução fosse sobejamente conhecida, o plantio de novos cafeeiros continuava em expansão, e não seria de se esperar que fazendeiros cessassem esta prática, uma vez que tal atitude os colocaria em dificuldades financeiras ainda mais graves em função da ampliação dos custos de produção. Por mais que o governo brasileiro e/ou governos estaduais tenham insistido nesta medida, aplicando multas por novos alqueires cultivados, ou mesmo buscando racionalizar a produção, privilegiando grãos de melhor qualidade, a efetividade deste controle é discutível.

Neste cenário, a política de defesa dos preços do café torna-se fundamental para a manutenção e reprodução desta atividade econômica, uma vez que passara a determinar, no limite, os níveis de acumulação de capitais em toda a cadeia produtiva, desde a produção, no interior do Brasil, até a comercialização final nas praças de Hamburgo, Londres, Paris, Havre e Nova Iorque. O Convênio de Taubaté (1905-06), definido num momento de aguda crise do setor cafeeiro, inaugurou uma nova fase da cafeicultura brasileira (não dinâmica) na medida em que a formação dos preços descolou-se totalmente das condições de oferta e demanda do mercado mundial, passando a ser determinada pelo manejo dos estoques.

Grosso modo, o mecanismo da defesa, a despeito de outras possibilidades, pautava-se numa lógica na qual o capital mercantil internacional financiava, via governo federal e/ou estaduais, a retirada do excesso de café do mercado forçando uma alta dos preços; nos anos de baixa produção cafeeira, dado o caráter intermitente desta cultura, estes estoques eram digeridos, numa lógica que evitava a chegada dos excedentes de café ao mesmo tempo nos principais portos de exportação: Santos e Rio de Janeiro.

Tal mecanismo fora adotado de forma temporária entre 1906 e 1921, sendo que a defesa do setor cafeeiro, centrada na estocagem da produção em armazéns públicos, ganhou caráter permanente a partir do Decreto nº 4.548, de 19 de Junho de 1922. Este Decreto autorizou o Governo a promover o incremento e a defesa da produção nacional, agrícola e pastoril, e das indústrias anexas, por meio de medidas de emergência e criação de institutos permanentes. A ideia era que os estoques reguladores fossem mantidos nos armazéns sediados no interior e nos portos marítimos (caso do Espírito Santo e do Rio de Janeiro) e operacionalizados pelas companhias ferroviárias, o que significa dizer que assumiram importante papel nesta operação. Dada a impossibilidade de controle sobre os novos plantios (o que na verdade nem foi colocado em pauta no âmbito da Defesa Permanente) entre 1926 e 1930 foram produzidas aproximadamente 115 milhões de sacas de café (60 kg), sendo que foram exportadas pouco mais de sessenta milhões, o que indica que de cada duas sacas produzidas, uma era estocada, não se realizando imediatamente no mercado. Tal proporção foi crescente em todo período da defesa permanente e mesmo depois, no quinquênio 1931-35, de cada três sacas produzidas, duas, aproximadamente, eram estocadas¹.

Dada a centralidade das fontes de financiamento, das ferrovias e dos armazéns reguladores nesta política de valorização dos preços, nosso objetivo neste artigo é descrever a especificidade da estrutura e do funcionamento do serviço de defesa do café no Espírito Santo, estabelecido em 1927, entendendo que o grupo de interesses ligado ao setor cafeeiro neste estado assumiu papel coadjuvante e reflexo no conjunto dos chamados estados produtores² num momento especial da história da cafeicultura no Brasil, qual seja a defesa permanente nas décadas de 1920 e 1930.

2) A Defesa Permanente do Café:

O ano de 1924 constitui marco estratégico na política nacional de defesa do café. No plano federal, por indicação da Missão *Montagu*³, adotou-se uma política monetária

¹ Disponível em www.ipeadata.gov.br. Acesso em 09/04/2013.

² Segundo linguagem utilizada no próprio âmbito do Convênio para a defesa do café, eram considerados estados produtores de café: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraná e Goiás.

³ Tratava-se de uma missão de peritos financeiros liderada por Edwin Samuel Montagu, cujo objetivo principal era promover um estudo sobre a situação financeira e fiscal do Brasil com vistas a avaliar (ou não) um empréstimo pretendido junto aos Rothschild. Além de Montagu, compunham a missão Charles Addis, Diretor do Banco da Inglaterra e Presidente do Hong Kong and Shanghai Bank, Lord Lovat, homem com vultosos interesses em terras e plantações de algodão, Hartley Withers, antigo editor de *The Economist* e Sir William McLintock, sócio de uma das maiores firmas inglesas de contabilidade e

extremamente restritiva cujo objetivo era a valorização cambial simultaneamente à renúncia à responsabilidade pela gestão do programa de defesa permanente da produção nacional estabelecido, como vimos, em 1922, e que onerava sobremaneira a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. A simultaneidade destas ações indicam, na perspectiva do governo federal liderado pelo mineiro Arthur Bernardes, o primado dos objetivos de revalorização-estabilização cambial sobre a política sustentação dos preços, deixando-a a cabo dos governos estaduais. Em verdade, a participação do governo federal na defesa do café, doravante, se daria pela manutenção de finanças equilibradas e de uma taxa de câmbio valorizada e confiável, o que seria fundamental para o financiamento das defesas estaduais todas elas amparadas em recursos externos.

Pela Lei 2.004 de 19 de dezembro de 1924 o estado de São Paulo assumiu o protagonismo do mecanismo de defesa do café, criando-se o Instituto Paulista de Defesa do Café, que se encarregou da execução de um vasto plano de defesa que se apoiaria na: i) regularização das entradas de café no Porto de Santos; ii) na realização de empréstimos a juros “módicos”; iii) na compra de café sempre que isso fosse julgado necessário para a regularização da oferta. Prevía a mesma lei a criação do Banco Paulista de Crédito Agrícola, o que de fato não ocorreu, já que o capital do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo teve o seu capital aumentado em vinte mil contos de réis e passou a chamar-se Banco do Estado de São Paulo (1926), sendo este o banco responsável pela sustentação do sistema de “warrantagem”: fornecimento de empréstimos para os produtores de até 60\$000 por saca retida nos armazéns reguladores. O Fundo de capital do Instituto (o fundo da defesa permanente) foi composto pelos recursos advindos de um empréstimo de 10 milhões de Libras Esterlinas junto ao Banco *Lazard Brothers*, tendo-se como garantia uma taxa de viação de 1\$000 ouro sobre cada saca de café transportada no estado e o próprio governo paulista para efeitos de garantia colateral. O Instituto de Café do Estado de São Paulo, assim chamado a partir de 1926, celebrou convênios com os demais estados produtores com vistas à ampliação, também nestas unidades da federação, da defesa do café, o que passava pelo estabelecimento da taxa de viação, pela propaganda e pela melhoria técnica da produção.

Em novembro de 1925 ocorreu o primeiro convênio entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, com vistas a regularizar os embarques de café nas várias estradas

auditoria. Sir Henry Lynch, representante permanente dos Rothschild no Rio de Janeiro, também acompanharia a Missão. Cf: (FRITSCH, 1980, 723).

de ferro comuns a estes estados, e já em maio de 1927 ocorreu o chamado segundo convênio, agora se ampliando o acordo com a participação do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e firmando-se o compromisso da defesa conjunta. Nos termos deste acordo, o controle das entradas seria estendido a todos os portos, fixando-se o estoque máximo e a participação de produção de cada estado. A ideia era permitir a remessa para o porto de acordo com as exportações do mês anterior sendo que as entradas diárias em cada um deles, no mês corrente, eram fixadas dividindo-se por 25 o volume exportado no mês anterior (Delfim Netto, 1979, 94). Neste convênio, em termos de participação nas cotas de café em nos portos de exportação, foi definido que:

- a) No Rio de Janeiro o limite era de 360.000 sacas/mês: 55,75% para Minas Gerais, 30% para o Rio de Janeiro, 11,75% para o Espírito Santo e 2,5% para São Paulo;
- b) Em Santos o limite era de 1.200.000 sacas/mês: 89% para São Paulo e 11% para Minas Gerais;
- c) Em Paranaguá o limite era de 50.000 sacas/mês a partir de 1928: 100% para o Paraná;
- d) Em Vitória o limite era de 150.000 sacas/mês: 73,3% para o Espírito Santo e 26,7% para Minas Gerais⁴.

Assim, inicia-se em 1927 a participação do estado do Espírito Santo no esforço “nacional” de defesa do café, bem como a participação do Porto de Vitória em tal mecanismo, o que colocava demandas a este estado no sentido de desenvolver um aparato financeiro (cada estado, segundo o convênio, deveria financiar sua própria defesa), produtivo, de classificação, de comercialização e de embarque.

3) Espírito Santo: a “luta” pelo transporte, classificação e armazenamento do café:

O movimento ascensional dos preços do café na década de 1920 fez-se sentir na arrecadação fiscal do Espírito Santo: entre 1920 e 1923 a arrecadação, em termos nominais, subiu de seis mil e duzentos contos de réis para quatorze mil e quinhentos⁵. O destaque neste momento vai para a região sul do estado, de cafeicultura mais desenvolvida, em especial os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Dorcas do Rio

⁴ Mensagem apresentada pelo presidente Júlio Prestes de Albuquerque ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo em 14 de julho de 1928, página 13. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1185/000012.html>. (Acesso em 13/04/2013).

⁵ Mensagem apresentada pelo presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 23 de maio de 1924, página 71. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1413/000011.html>. (Acesso em 09/04/2013).

Preto e Bom Jesus, situada nas margens do rio Itabapoana, divisa com o estado do Rio de Janeiro. Os recursos advinham basicamente dos impostos de exportação, que compunham aproximadamente 85% da arrecadação total, sendo que nesta rubrica o café chegou a representar 96% em 1924, revelando a total dependência deste estado em relação à cafeicultura⁶.

A partir destes recursos tanto Nestor Gomes, como Florentino Avidos e Aristeu Borges de Aguiar, seus sucessores no governo capixaba, empreenderam no estado uma série de reformas de infraestrutura urbana, que envolviam o calçamento, saneamento básico, pontes, prédios públicos, melhorias nos portos, abertura de estradas de rodagem, ferrovias e hospitais. A notável dependência em relação aos tributos advindos do café ganha maior dimensão quando comparamos a situação deste estado com os demais produtores do sudeste brasileiro, como podemos ver abaixo, a partir do percentual de participação do imposto de exportação na arrecadação total dos estados:

Tabela 01 – Imposto de Exportação – Porcentagem sobre a arrecadação total (Mil-Réis)

Estado	Total	Imposto de Exportação	%
Espírito Santo (1926-27)	30.399.032,452	25.439.751,717	83,69
São Paulo (1926)	352.584.393,452	129.753.363,443	36,80
Rio de Janeiro (1924)	39.381.918,324	21.623.173,268	54,91
Minas Gerais (1927)	134.347.409,794	47.763.949,019	35,55

Fonte: Adaptado de Mensagens apresentadas pelos presidentes de província. Diversos. Disponível em <http://brazil.crl.edu>. Acesso em 08/04/2013.

Ainda com a tabela acima, cabe destacar que a arrecadação se refere ao exercício fiscal do ano anterior ao indicado, e que o café representava 73% do imposto de exportação no Rio de Janeiro e 73,5% no estado de Minas Gerais. Para São Paulo a arrecadação oriunda diretamente do café não aparece discriminada, de modo que não é possível calcular a participação deste produto na rubrica “imposto de exportação”. De qualquer modo, assim como ocorre na participação do imposto de exportação sobre a arrecadação total, a participação do café no imposto de exportação é deveras elevada no estado do Espírito Santo, na verdade quase a totalidade, 96%, seguido pela exportação de madeira, qualificando a absoluta dependência da arrecadação estadual em relação a esta produção.

Neste quadro a melhoria de infraestrutura cafeeira no Espírito Santo constituía pré-condição para o desenvolvimento capitalista local. Dada a sua absoluta dependência

⁶ Considerando-se o ano de 1919 como base (igual a 100), a participação do café no imposto de exportação do estado do Espírito Santo subiu de 24,8 em 1908 para 327,1 em 1924.

em relação aos recursos tributários advindos dessa atividade, tanto de recursos ordinários, quanto de extraordinários, que forçava o estado a assumir compromissos cada vez mais pesados na política de defesa do café em face de seu potencial de gasto. A melhoria da infraestrutura estava ligada diretamente à melhoria da qualidade do grão produzido bem como à capacidade de defesa desta atividade econômica no estado, ou seja, a capacidade de retenção dos estoques, o que passava necessariamente pela consecução de garantias aos principais bancos financiadores da cafeicultura capixaba, a saber, o Banco do Espírito Santo e o Banco Ítalo-Belga⁷, e o estabelecimento, via bancos, do sistema de “warrantagem” tão necessário aos produtores e comerciantes locais.

Além disso, a melhoria de infraestrutura urbana e de transporte possuía outro objetivo estratégico: construir uma centralidade sobre a cafeicultura capixaba a partir de Vitória, e assim garantir controle sobre a tributação desta atividade econômica, e deslocar a predominância do capital mercantil e infraestrutura fluminenses sobre as lavouras situadas ao sul do estado⁸ - o famigerado projeto capixaba de “interiorização da capital⁹”; o que passava necessariamente pelas inversões em ferrovias, caminhos e modernização do porto de Vitória com correlata estrutura de armazenamento, bem como pelo estabelecimento de estrutura para classificação dos grãos, estudos técnicos, e, o mais importante, pela criação de uma Bolsa do Café. Tal objeto não chegou a se concretizar totalmente até 1930, pois os portos do Rio de Janeiro e de Niterói continuaram embarcando cafés produzidos no Espírito Santo, porém, a quantidade de sacas embarcadas em Vitória para longo curso (embarques internacionais) foi crescente em toda a década de vinte.

⁷ Como veremos adiante, parcela significativa da produção cafeeira capixaba era exportada pelo Rio de Janeiro, sendo que a firma Vivacqua, Irmãos & Cia. se encarregava dos armazéns reguladores com seus próprios recursos e seu crédito bancário que subsidiavam o sistema de “warrantagem” (emissão de conhecimentos de embarque) conforme ajuste com seus possuidores. Porém, já a partir de 1927, quando houve a necessidade de reter trezentas mil sacas de café capixaba no Rio de Janeiro (já que a produção exportada por Vitória ainda não havia ultrapassado a cota definida em convênio - 110.000 sacas), o governo capixaba (com a anuência da União) contraiu um empréstimo de 150.000 Libras Esterlinas junto ao Banco Ítalo-Belga, sendo que parte deste recurso foi repassada à firma cujas despesas avultavam num contexto de supersafra, já que os impostos e o frete dos cafés retidos eram pagos no momento em que as sacas eram retiradas das estações ou trapiches. Este empréstimo também objetivava resgatar o empréstimo de 1908, como também possibilitar a compra de francos num contexto de baixa. Cf: Mensagem apresentada pelo presidente Florentino Avidos ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 15 de junho de 1928, página 139-40. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u166/000153.html>. (Acesso em 11/04/2013).

⁸ Já discutimos a extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba em outra oportunidade. Ver: FALEIROS & VARGAS, 2012.

⁹ Expressão extraída de QUINTÃO, 2008.

Uma primeira tarefa nesta estratégia seria o desenvolvimento de uma estrutura ferroviária apta a direcionar a produção do leste mineiro e das regiões serrana e sul do Espírito Santo para o Porto de Vitória. A produção cafeeira destas porções do estado era majoritariamente encaminhada para o Rio de Janeiro até então. Entrementes, neste momento da análise, iniciemos por Minas Gerais. No que se refere a este estado a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas EFVM em fins do século XIX buscava estabelecer comunicações mais efetivas entre o norte-leste mineiro, o norte do Espírito Santo e o Atlântico, uma vez que se tratava de região parcamente povoada e carente de sentido econômico de monta. Na medida em que a estrada de ferro foi se desenvolvendo, os aglomerados urbanos foram surgindo e se tornando cada vez mais densos¹⁰. Em Colatina, Linhares e São Matheus se verificou um maior desenvolvimento da cafeicultura e de outras atividades econômicas, sendo o transporte de café a principal fonte de receita da companhia até 1940 (Rosa, 1985,128). Para termos uma ideia, em 1928 o município de Colatina já possuía cerca de treze milhões de cafeeiros em produção e mais sete milhões em formação. A partir dos termos estabelecidos no convênio¹¹ cafeeiro, os mineiros possuíam uma cota de 40.000 sacas no porto de Vitória, sendo a EFVM a principal via de escoamento do café mineiro pelo Espírito Santo.

Em verdade, foi esta estrada de ferro que ligou o norte de Espírito Santo e o leste mineiro à economia nacional, desbravando-se fronteiras até então inexploradas e viabilizando a ocupação do solo, que viria a ocorrer de forma mais acelerada com a chegada de imigrantes de segunda e terceira geração advindos do sul do Espírito Santo e, em menor medida, da zona da mata e do extremo leste mineiro. Em função do esgotamento dos solos, do crescimento demográfico e da própria política de valorização dos preços do café na década de 1920, a mancha da cafeicultura capixaba ia se expandido como consequência do avanço da fronteira agrícola ao norte do estado (FALEIROS & VARGAS, 2012, 123). Porém, mesmo com este processo em marcha, 75% do território capixaba permanecia inexplorado durante a década de 1920, sendo a produção cafeeira do sul do estado absolutamente preponderante naquele contexto.

¹⁰ Fenômeno semelhante ocorreu na região Noroeste do estado de São Paulo. Na medida em que os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil avançavam, os núcleos urbanos iam se desenvolvendo. Exemplos disso são as cidades de Bauru, Araçatuba, Birigui, Penápolis, Lins, etc. (Ghiraldello, 2002).

¹¹ Os convênios eram reuniões anuais ocorridas a convite do estado de São Paulo na qual participavam todos os estados produtores. Nestas ocasiões eram discutidas as cotas dos estados nos portos de embarque (questão sempre polêmica), a política de propaganda e as questões técnicas ligadas à melhoria da qualidade dos grãos, etc.

Ao Sul, a tarefa de “centralizar” a produção cafeeira do Espírito Santo no Porto de Vitória esbarrava nos interesses da *The Leopoldina Railway Company Limited*. Os tentáculos desta ferrovia se estenderam ao estado em 1908, ano no qual encampou a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a *Espírito Santo and Caravellas Railway*, ambas, até então, de propriedade do governo capixaba. Neste processo não foi resguardado nenhum direito de fiscalização e de determinação de tarifas ao Espírito Santo, porém a Leopoldina Railway comprometeu-se a favorecer o encaminhamento para o porto de Vitória de toda a produção do estado.

Contudo, esta ferrovia, para o transporte de café da região sul do Espírito Santo, praticava preços iguais para o Rio de Janeiro e para Vitória, sem tomar em consideração as distâncias reais e virtuais correspondentes. Senão, vejamos. A distância real entre Cachoeiro de Itapemirim e o Rio de Janeiro é de 438 km, sendo que a distância até Vitória é de 159 km; a distância virtual (computando-se curvas e desvios) no primeiro caso é de 817 km, e no segundo é de 586 km. Pondo-se de lado a consideração da distância real, já que o trecho entre Cachoeiro de Itapemirim e Vitória é muito acidentado, e coloca diversas dificuldades técnicas ao transporte, e considerando-se apenas a distância virtual, as tarifas para Vitória deveriam ser 28% menores do que as tarifas para o Rio de Janeiro. Assim, se a tarifa para a capital federal era de 3\$900, deveria ser de 2\$801 de Cachoeiro a Vitória, quando, na verdade, era de 4\$225. Para o Rio de Janeiro pagava-se uma tarifa de 4,78 réis por quilômetro virtual, ao passo que para Vitória, partindo-se também de Cachoeiro, a tarifa era de 7,20 réis por quilômetro virtual. Tal distorção derivava da determinação tarifária imposta pelo Ministério da Viação, na qual foram mantidas as tarifas especiais para as linhas federais da Leopoldina Railway¹².

Não bastasse isso, o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizou a esta estrada de ferro a cobrança de uma taxa adicional de 10% sobre as tarifas aplicadas linhas sob a jurisdição fluminense, que seriam obrigatoriamente revertidos na manutenção, ampliação e melhora do material rodante e das estações¹³. Com estas vantagens, por mais que o Porto de Vitória estivesse se estruturando, como veremos, os

¹² Mensagem apresentada pelo presidente Florentino Avidos ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 30 de abril de 1927, página 66. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1415/000064.html> (Acesso em 12/04/2013).

¹³ Mensagem apresentada pelo Presidente Feliciano Pires de Abreu Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Rio de Janeiro em 01 de agosto de 1927, página 220. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u896/000213.html>. (Acesso em 12/04/2013). A questão das tarifas das ferrovias de capital inglês instaladas no Brasil foi motivo de ampla discussão no âmbito da Missão Montagu.

cafés do sul do estado continuariam sendo embarcados pela Leopoldina com destino ao Rio de Janeiro, o que só se alterou quando o embarque de café capixaba naquele estado foi restringido pelo convênio entre os estados cafeeiros a 11,75% de um total de 360.000 sacas, ampliando-se a cota capixaba no porto de Vitória a 110.000 sacas. Contudo, cabe salientar que as perdas capixabas eram ainda maiores, pois o café embarcado para o Rio era lá classificado.

A partir de um quadro mais geral definido pela política paulista de defesa permanente do café, os grupos políticos ligados aos interesses da cafeicultura capixaba iniciaram, a partir de 1927, um amplo esforço para o desenvolvimento da infraestrutura cafeeira no estado, adequando-se aos termos do convênio que envolvia, a estes estados, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Um passo importante ocorreu justamente neste ano, com lei 1.616 de 05 de junho, que criou uma taxa de 0\$500 ouro por saca de café exportada para atender ao custeio do serviço de defesa do café e que entrou em vigor no dia 07 de agosto do mesmo ano, arrecadando, até dezembro desse ano, a quantia de 1.752:194\$765¹⁴. Tratava-se da menor taxa-ouro cobrada entre os estados que participavam da defesa permanente, pois se entendia que a cafeicultura capixaba não poderia arcar com maiores carga tributária em função da baixa cotação atingida pelo seu produto nos mercados internacionais e pelo próprio perfil fundiário, já que se tratava majoritariamente de pequenos produtores. Entretanto, já em 1929 (Lei. 1.699 de 02 de janeiro) a taxa foi elevada para 1\$000 face às despesas com a propaganda e defesa do café, elevação que, supomos, advém da pressão paulista, já que todos os signatários do convênio tinham que arcar com despesas dessa natureza¹⁵.

Ou seja, cinco anos após o Decreto n. 4.548 de 19 de junho de 1922, que estabeleceu a defesa do café em nível federal, e três anos após a lei n. 2.004 de 19 de dezembro de 1924, que criou o Instituto Paulista de Defesa do Café, o Espírito Santo se moveu no sentido de garantir alguma estrutura estadual para auxiliar os estados “defensores” do café. Em verdade, a partir da definição de uma política permanente os estados produtores, em conjunto, se moveram para criar os seus respectivos Institutos de Defesa: no Rio de Janeiro (o Instituto de Fomento e Economia Agrícola foi criado em

¹⁴ Mensagem apresentada pelo presidente Florentino Avidos ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 23 de maio de 1924, página 136. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u166/000150.html>. (Acesso em 09/04/2013).

¹⁵ Mensagem apresentada pelo presidente Aristeu Borges de Aguiar ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 07 de setembro de 1929, página 229. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u167/000267.html>. (Acesso em 10/04/2013).

agosto de 1926); em Minas Gerais (O Instituto Mineiro do Café foi criado em março de 1928, com sede no Rio de Janeiro, e a taxa ouro foi estabelecida pela Lei 887 de 19 de agosto de 1925); e no Espírito Santo o Serviço de Defesa Agrícola do Café foi criado em dezembro de 1924, mas só passou a controlar os embarques a partir de 1928.

Estes Institutos possuíam diversas funções. No caso do Espírito Santo¹⁶ estava em questão uma campanha pela valorização do café local pela disseminação de técnicas de plantio e pela propaganda, a “luta pela classificação”, até então feita no Rio de Janeiro, a luta pelo controle do embarque das safras em Vitória, rivalizando com o capital fluminense e a própria luta para garantir uma estrutura de estocagem.

No que se refere à campanha pela valorização do café o Serviço de Defesa do Café patrocinava a excursão de técnicos ao interior do estado para assessoria aos produtores e publicava boletins mensais, cujo objetivo era a divulgação de estatísticas de estoques, de estimativas das safras, métodos de produção, técnicas de secagem, de derriçamento, armazenagem nas tulhas e de defesa dos cafeeiros contra a broca (*Stephanoderes Coffeae*), considerando, evidentemente, que o estágio técnico da cafeicultura capixaba naquele momento era inferior ao dos demais estados produtores. Acreditava-se, com esta iniciativa, que o café capixaba poderia reverter a má reputação que lhe era imputada, o que despencava as cotações (alguns importadores mudavam o nome de procedência do café para obterem melhores preços). Porém, a questão da formação dos preços ultrapassava a questão da técnica de plantio; outro elemento importante nesta estratégia era o poder de classificar os grãos produzidos, sendo que, para tanto se fazia necessário criar uma estrutura de classificação dentro do estado, de modo que os classificadores do Rio de Janeiro perdessem espaço nesta importante etapa do circuito.

Visando este objetivo, foram criadas em 1929 a Bolsa Oficial do Café de Vitória, a Caixa de Liquidação S.A e a Companhia Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais, todas sob o comando do estado capixaba e implementadas a partir dos recursos orçamentários do café, com destaque para a taxa ouro. A questão da qualidade do café se tornou central no âmbito da defesa permanente, já que os cafés finos (tipos 2, 3 e 4) tinham uma colocação mais rápida, e, portanto, um tempo de estocagem menor, reduzindo-se assim a necessidade de recursos para financiar as sacas retidas nos armazéns, além do que atingiam cotações superiores. Por indicação do presidente da

¹⁶ Para o caso do Rio de Janeiro ver o texto de Almir Pitta Freitas Filho, citado nas referências bibliográficas.

Bolsa Oficial do Café de Santos, Luiz Caiaffa (gerente da Caixa de Liquidação de Santos) assumiu a direção da Bolsa de Vitória, onde uma moderna estrutura de classificação foi montada anexa à Bolsa sediada no atual prédio do Teatro Glória. Além disso, foram distribuídas no interior do estado tabelas de classificação e equivalência dos defeitos do café. A partir da instalação desta estrutura de classificação foram requisitadas amostras do café de todos os municípios capixabas produtores de café, sendo que os resultados obtidos eram comunicados aos produtores por meio de certificados acompanhados por relatórios detalhados sobre os “defeitos” do café e os ensinamentos para evitá-los. Os cafés bem classificados contavam com regalias, tais como: isenção de retenção, liberação preferencial, prêmios em dinheiro e “outros favores prestados àqueles que se esforçam para a melhoria do café e que concorrem para o êxito da magna questão da defesa do café¹⁷”.

A partir deste esforço¹⁸, foi possível constatar a existência de cafés de qualidade superior no Espírito Santo nos municípios de Itaguaçu, Pau Grande, Vianna, Santa Teresa e Muniz Freire, referindo-se aqui a bebidas de classificação estritamente doce, doce (mole) e ligeiramente doce, classificações até então desconhecida no estado, sendo predominantes as amostras de café com qualificação amarga (dura), num total de 37 ocorrências dentre as 97 examinadas¹⁹. Assim, desvenda-se um mecanismo no qual os comerciantes fluminenses e mineiros, que detinham até então o “monopólio da classificação” se valiam da desqualificação dos estoques capixabas para privilegiar os embarques de sua produção cafeeira, jogando o ônus de sustentação da defesa dos preços ao Espírito Santo.

Ou seja, os grãos capixabas reuniam potencial para uma classificação superior à que comumente era praticada nas principais praças mundiais – a saber, os tipos 7 ou 8 – justamente os mais penalizados nos convênios entre os estados produtores. Inclusive, no âmbito do 4º Convênio do Café, ocorrido em São Paulo em 1929, encaminhou-se à União a proibição de exportação de cafés abaixo do tipo 8, o que penalizava diretamente

¹⁷ Mensagem apresentada pelo presidente Aristeu Borges de Aguiar ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 22 de setembro de 1930, página 267.

Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1418/000297.html>. (Acesso em 10/04/2013).

¹⁸ O esforço de valorização da qualidade do café capixaba passava também pela divulgação deste café em praças internacionais (Estocolmo, Havre, Charleston, Marselha, Chicago, etc.) como também pelo estabelecimento de pontos de degustação no Rio de Janeiro, em Recife, Porto Alegre e Belém, porém, dada a carência de recursos a partir da crise de 1929, tais iniciativas nunca foram levadas a cabo.

¹⁹ Mensagem apresentada pelo presidente Aristeu Borges de Aguiar ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 22 de setembro de 1930, página 267.

Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1418/000304.html>. (Acesso em 10/04/2013).

a produção cafeeira da zona da mata mineira, que destarte, não se fez representar nesta reunião. Tal encaminhamento redundou no decreto federal n. 19.318, de 27 de agosto de 1930, que proibia “em benefício da economia nacional e do bom e conceito do Brasil, da lavoura e da propaganda, a exportação de nosso país de café abaixo do tipo 7, das Bolsas de Vitória e Rio de Janeiro²⁰”. Evidentemente, tal consideração afetava diretamente os interesses da lavoura mineira e fluminense, acirrando as rivalidades que redundariam na “Revolução de 1930”.

Segundo Aristeu Borges de Aguiar, “Presidente” do Espírito Santo entre 1928 e 1932, os resultados destas campanhas, dos esforços de classificação e da Bolsa Oficial do Café já se faziam sentir em 1930, pois os cafés de tipo 4 entrados nos armazéns reguladores do estado no Rio de Janeiro tiveram um aumento de 324%, ao passo que os cafés “escolha” (Tipo 7 e inferiores) tiveram uma queda de 50%. Contudo, nesse ano, os cafés finos tipo 4 compunham, mesmo com essa elevação, apenas 5,02% da produção capixaba, os cafés situados entre os tipos 5 e 7 compunham 58,44% e os cafés inferiores ao tipo 7 ainda representavam 36,52% do total produzido²¹.

No que se refere à racionalização da produção objetivando uma melhor qualidade, foram podados 2.650 cafeeiros em 1925, número que subiu para 112.979 em 1929, porém, tal política era muito tímida, já que em 1929, sem contar os cafeeiros novos, o estado possuía cerca de 160 milhões de cafeeiros. Ou seja, a melhora da qualidade deriva diretamente da estrutura de classificação e não de uma política de erradicação mais ampla.

Apesar destes esforços, como podemos observar na série histórica que se segue, o café embarcado em Vitória permaneceu com preços menores em relação aos registrados nos demais portos, entendendo-se aqui os embarques feitos em Vitória como uma *proxy* da qualidade do café produzido neste estado, uma vez que de lá também eram embarcados parcela da produção mineira. Salientamos também que, para além do que está explicitado no gráfico que se segue, o preço médio das sacas exportadas pelo porto de Vitória foi, em vários anos, inferior aos preços dos portos de Salvador, Recife, Paranaguá e Angra dos Reis.

²⁰ Mensagem apresentada pelo presidente Aristeu Borges de Aguiar ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 22 de setembro de 1930, página 277.

Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1418/000307.html>. (Acesso em 10/04/2013).

²¹ Mensagem apresentada pelo presidente Aristeu Borges de Aguiar ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 22 de setembro de 1930, página 279.

Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1418/000309.html>. (Acesso em 11/04/2013).

Gráfico 01 - Exportação de Café do Brasil. Porto de Embarque (preço médio por saca, em cruzeiros).



Fonte: Adaptado de ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948, p. 72.

No que se refere à estrutura de estocagem cabe salientar que a produção cafeeira capixaba, por ser exportada por dois portos (Rio de Janeiro e Vitória) exigia uma dupla estrutura²². Para o Rio de Janeiro o governo lavrou contrato com a firma Vivacqua, Irmãos & Cia, que se comprometia, provavelmente mediante corretagem – não tivemos acesso a este contrato - a transportar, estocar, distribuir e embarcar o café naquela praça. Neste sistema, os armazéns que serviam à defesa do café capixaba foram “terceirizados” a esta firma (e suplementarmente à Cia. Armazéns Gerais Belgas), que redistribuíam a produção do Espírito Santo para outros exportadores: a Hard Rand & Cia., a Arens & Langen, a A. Prado & Cia., a Oliveira Santos & Filhos, a Theodor Wille & Cia., a Cruz,

²²O estado de Minas Gerais, que já contava com um armazém em Campinas cedido pelo governo paulista, construiu os armazéns de Cruzeiro-SP (Estrada de Ferro Central do Brasil), Barra Mansa-RJ (Estrada de Ferro Central do Brasil), na Estação de Cisneiros, entre os municípios de Palmas-MG e Santo Antônio de Pádua-RJ (Leopoldina Railway), Entre Rios- RJ (atual município de Três Rios RJ - Estrada de Ferro Central do Brasil) e em Guaxupé MG (Cia. Mogiana de Estradas de Ferro). O estado do Rio de Janeiro pôs em prática a construção de armazéns em Niterói e Angra dos Reis RJ, além dos armazéns já existentes na capital federal. Não conseguimos levantar fontes que nos informassem o local dos armazéns reguladores no estado de São Paulo, porém sabemos que se tratava de uma estrutura de armazenamento muito mais ampla, dado o volume de sacas produzidas e o alcance do sistema ferroviário.

Sobrinhos & Cia., a Arbuckle & Cia., a Leon Israel & Cia., a Vianna Leal & Cia., a D.B. Leal & Cia e outros exportadores não especificados²³.

Já no que se referia à estrutura de armazenamento no estado do Espírito Santo, projetava-se a construção de três armazéns anexos ao Porto de Vitória e um armazém no município de Muqui, ao sul do estado nas proximidades de Cachoeiro de Itapemirim. Estes armazéns ficavam sob a administração da Companhia Espírito Santo Minas de Armazéns, que se responsabilizava pela cota capixaba e mineira exportada por Vitória. Salientamos que o estado do Espírito Santo possuía 1.697 das 2.500 ações que constituíam o capital desta companhia, sendo que o controle dos embarques em Vitória, nestas condições, era praticamente realizado pelo governo. A estruturação só foi parcialmente concluída em 1927, portanto três anos após o estabelecimento da defesa permanente por parte do governo paulista, e, mesmo assim, o terceiro armazém do porto ainda aguardava a conclusão do aterro em 1930.

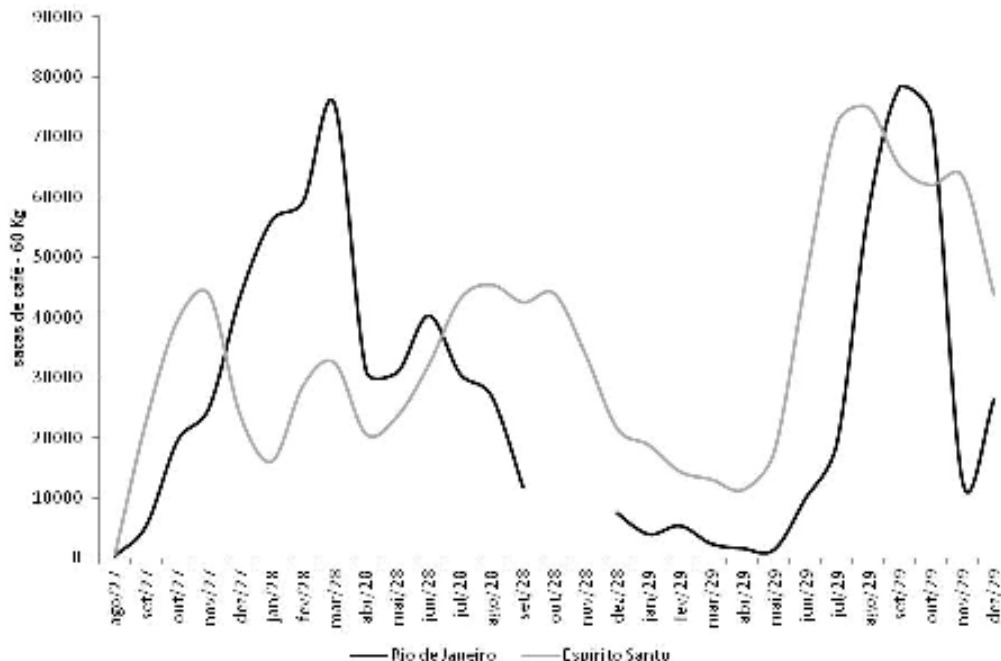
Temos abaixo um gráfico com a quantidade de sacas de café capixaba depositadas nos armazéns no Rio de Janeiro (Vivacqua, Irmãos & Cia., e Armazéns Gerais Belgas) e no Espírito Santo (em Vitória e no município de Muqui) no período compreendido entre agosto de 1927 e dezembro de 1929. Neste intervalo passaram pelos armazéns cerca de 1,7 milhões de sacas (43% pelos armazéns do Rio e 57% pelos capixabas), com destaque para o crescimento das entradas a partir da safra de 1927-28 e 1929-30.

Cabe salientar que pelo convênio estabelecido entre os estados cafeeiros cabia como limite máximo para o estoque de café no ao porto de Vitória um total de 150.000 sacas, das quais 110.000 seriam preenchidas por café do Espírito Santo e 40.000 por sacas oriundas de Minas Gerais. Para o Porto do Rio de Janeiro seria permitido um estoque máximo de 360.000 sacas²⁴, dos quais 11,75% seriam preenchidos pela produção capixaba, ou seja, 42.300 sacas. Na medida em que os embarques fossem realizados, iam se completando mensalmente as cotas resguardando-se estas proporções. Uma vez completadas as cotas de estoques nos portos de exportação, cabia aos armazéns a retenção das sacas sobressalentes.

²³ Mensagem apresentada pelo presidente Florentino Avidos ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 15 de junho de 1928. Mapa SN Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u166/>. (Acesso em 11/04/2013).

²⁴ Além disso, no Rio de Janeiro 30% das entradas seriam preenchidas pelo café fluminense, 55,75% pelo café mineiro e 2,5% pelo café paulista. Cf: Mensagem apresentada pelo presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada ao Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais em 14 de julho de 1928, página 107. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u312/000105.html>. (Acesso em 11/04/2013).

Gráfico 02 – Sacas de café nos armazéns capixabas no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. 1927-1929.



Fonte: Adaptado de Mensagem apresentada pelo presidente Aristeu Borges de Aguiar ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 07 de setembro de 1929, página 231 e seguintes. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u167/000269.html>. (Acesso em 11/04/2013).

Em 1927 (segundo semestre) foram retidas cerca de 130 mil sacas nos armazéns de Vitória (o embarque de aproximadamente um mês) e 93.867 sacas nos armazéns capixabas no Rio de Janeiro (cerca de dois meses de embarques); já para o ano de 1928 foram retidas em Vitória e Muqui cerca de 380.000 sacas (três meses e meio de embarque) e 370.000 sacas no Rio de Janeiro (cerca de oito meses de embarque); em 1929 foram retidas cerca de 500.000 sacas de café no Espírito Santo (cerca de cinco meses de embarque) e 292.121 sacas no Rio de Janeiro (cerca de sete meses de embarque), de modo que o custo de retenção nos armazéns foi crescente no período, exceção à safra 1928-29 que foi reduzida. Não temos os dados para a safra de 1929-1930, mas, dada a sua magnitude, devemos deduzir que os custos foram crescentes.

Abaixo temos um quadro com as despesas do governo do Espírito Santo na manutenção dos estoques:

Tabela 02 – Despesas do Espírito santo com os Armazéns Reguladores. 1928-1929. (mil-réis).

Ano	1928		1929	
Meses	Armazéns Rio de Janeiro	Armazéns Espírito Santo	Armazéns Rio de Janeiro	Armazéns Espírito Santo
Janeiro	147.750,140	35.487,740	34.361,000	43.104,480
Fevereiro	187.203,090	48.710,240	22.956,000	32.445,040
Março	260.226,730	71.073,080	19.334,500	22.545,440
Abril	196.854,270	73.277,820	25.792,800	19.749,800
Mai	181.005,200	76.423,100	3.108,600	27.959,600
Junho	221.813,930	76.970,120	2.511,000	69.322,600
Julho	188.490,550	97.348,180	20.305,600	112.650,240
Agosto	180.953,100	113.181,060	32.999,400	123.200,300
Setembro	109.074,730	85.065,840	31.125,000	131.302,200
Outubro	85.121,500	93.620,840	44.988,600	138.961,160
Novembr o	70.222,500	79.014,680	58.599,800	144.033,200
Dezembro	54.782,500	64.611,120	56.027,400	125.297,500
Total	1.883.498,240	914.783,820	352.109,700	990.571,560
Total I	2.798.282,060		1.342.681,260	

Fonte: Adaptado de Mensagem apresentada pelo presidente Aristeu Borges de Aguiar ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 22 de setembro de 1930, página 278.

Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1418/000308.html> (Acesso em 11/04/2013)

Apenas para efeito de comparação, em 1928 as despesas com o armazenamento de café foram o dobro do valor gasto para a montagem dos armazéns no porto de Vitória, e consumiram, neste ano, quantia superior à taxa de viação (ouro) de 1929, a saber, 2.654:980\$717. A cotação da saca de 60 Kg em 05 de outubro de 1929 era de 114\$000, caindo para 48\$000 em junho de 1930, o que significava que o Espírito Santo arrecadava, por saca exportada, 19\$440 e 8\$856, respectivamente. Esta redução de arrecadação, aliada à supersafra de 1929-30, dificultaram a continuidade da retenção dos estoques para os anos posteriores, situação agravada pelo fechamento dos canais de financiamento pela crise mundial de 1929 e pela própria indisponibilidade de recursos deste estado a partir de 1930, já que, para além das despesas correntes e de todos os crescentes gastos com a estrutura de exportação de café, caía-lhe sobre os ombros empréstimos internacionais, notadamente os de curto prazo, que consumiam em 1930 um quinto de toda a arrecadação do estado. Entre março de 1929 e março de 1930 o débito total do estado do Espírito Santo foi de cinquenta mil contos de réis, para uma arrecadação de aproximadamente trinta e cinco mil contos de réis²⁵. Neste quadro,

²⁵ Mensagem apresentada pelo presidente Aristeu Borges de Aguiar ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 22 de setembro de 1930, página 14.

Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1418/000013.html>. (Acesso em 11/04/2013).

apesar de não dispendermos dos dados para a década de 1930, não é preciso precaução para afirmar que a estocagem das sacas de café via armazéns reguladores tornou-se inviável. Sem crédito para financiar os estoques, os preços despencaram, e a defesa se esvaiu, justamente no momento em que os estoques de café capixaba sediados no estado definitivamente suplantaram os estoques alocados no Rio de Janeiro: em 1928 368.975 sacas entraram no Rio de Janeiro, ao passo que em 1929 este número caiu para 292.121; em movimento contrário o número de sacas armazenadas em Vitória e Muqui subiu de 393.021 para 550.709. Tal qual Dom Quixote que lutara contra os moinhos de vento, o Espírito Santo agora colecionava uma riqueza que já não existia, convivendo com o anacronismo de suas iniciativas imposto pelo “salto no desconhecido” da crise de 1929.

4) Considerações finais:

Entre 1927 e 1930 o estado do Espírito Santo buscou empreender todo um esforço para o estabelecimento de uma complexa infraestrutura fundamental para a política de valorização do café. A partir das ações do Serviço de Defesa do Café foram criadas a Bolsa Oficial do Café, a Caixa de Liquidação, os Armazéns Reguladores e todo um aparato técnico voltado a um melhor plantio e correlata classificação dos grãos, bem como esforços para a concentração do escoamento das sacas no Porto de Vitória. Cabe salientar que no âmbito dos seguidos convênios cafeeiros os cafés de baixa qualidade, inferiores aos tipos 7 e 8, sofriam maiores sanções, uma vez que derrubavam as cotações internacionais do café brasileiro.

Há de se salientar, neste ponto, a política de uma fração do capital mercantil norte-americano (Boston) de interferir na política de valorização do café via contraposição da qualidade da produção brasileira à colombiana, classificando negativamente o grão de um e positivamente o grão de outro (ROTHERMUND, 2002,44), de modo que qualquer esforço conjunto de defesa dos preços entre os dois países encontrava-se obstado²⁶. Assim, uma pressão baixista sobre o café do Brasil sempre esteve presente no mercado internacional no contexto da defesa permanente, sobretudo nos anos de supersafra, dando vazão a tal estratégia. O ponto é que pela valorização do café colombiano, os norte-americanos procuraram em todos os momentos quebrar o monopólio brasileiro no mercado cafeeiro.

²⁶ Conjuntamente, estes países dominavam 88% do mercado mundial de café, o Brasil representava 58% e a Colômbia 30%. Cf: **ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948**. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948, p. 137.

Assim, o esforço para a valorização dos grãos era fundamental. O estado de São Paulo, bem como a região de Guaxupé MG, produzia ordinariamente o grão tipo 4, quando não o tipo 3 de classificação superior, de modo que seus esforços para a produção de um melhor café eram proporcionalmente menores do que os realizados em regiões onde predominava o café tipo “escolha”. No caso do Espírito Santo como parcela significativa da safra não alcançava as classificações superiores a necessidade de desenvolvimento de uma infraestrutura cafeeira era premente, considerando que os grupos de interesse capixabas ligados ao café encamparam a cruzada “paulista²⁷” pela melhoria dos grãos, dado os esforços envidados para a internalização da classificação dos grãos e da estrutura de armazenamento aqui apresentados. O mesmo não ocorrera com mesma ênfase na zona da mata mineira e no norte fluminense, o que de certa forma “vazava” a defesa permanente, já que tanto Minas Gerais quanto o Rio de Janeiro inundavam o mercado mundial com cafés de baixa qualidade, o que ampliava ainda mais a dependência de recursos financeiros internacionais com vistas à valorização deste produto.

Tal questão, ligada à qualidade dos grãos aproximou, num polo, Minas Gerais e o estado do Rio de Janeiro; já num outro polo a aliança entre São Paulo e Espírito Santo era evidente, de modo que parcela significativa da elite política do Espírito Santo foi favorável à eleição de Júlio Prestes de Albuquerque e contrário a Getúlio Vargas e ao movimento “revolucionário” de 1930. A questão da qualidade dos grãos e das cotas de embarque, tensionadas pela *débâcle* mundial de 1929, implodiu definitivamente o funcionamento da política de defesa do café, que ocorreria em outras bases a partir de Outubro de 1930.

5) Referências Bibliográficas:

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948.** Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948.
- DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV/Ministério da agricultura, 1979.
- FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do Café:** fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937). Bauru: EDUSC:FAPESP, 2010.
- FALEIROS, Rogério Naques. VARGAS, Neide César. A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agroexportadora. *In:* DALLA COSTA, Armando; GELINSKI JÚNIOR, Eduardo;

²⁷ Nos diversos convênios entre os estados produtores os representantes da cafeicultura paulista sempre demonstraram grande preocupação com a questão da qualidade dos grãos, assunto apenas suplantado nestas reuniões pelas reclamações em relação às cotas de exportação. Cf: PENTEADO, 1930.

- CAVALIERI, Marco Antônio Ribas (orgs.). **História econômica do Brasil República**. Curitiba: Editora CRV, 2012.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. História e Historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FREITAS FILHO, Almir Pitta. **A política de defesa permanente do café na década de 1920 e o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (1926-31)**. Notas para uma história institucional. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- FRITSCH, Winston. 1924. Rio de Janeiro, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, n. 10 (3), dez. 1980, p. 713-74.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 23ª. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.
- GHIRALDELLO, Nilson. **À beira da linha**: formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: Unesp, 2002.
- INSTITUTO DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Exposição apresentada ao conselho diretor pelo seu presidente Dr. Mário Tavares**. São Paulo: Typ. Da Casa Garraux, 1926.
- IPEADATA. **Produção e Exportação de café [por quinquênio] 1890 – 1950**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 19 de novembro de 2012.
- LOVE, Joseph. **A Locomotiva**. São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.
- PENTEADO, Eurico. **A defesa do Café**. Aspectos da situação, após a crise de outubro. São Paulo: mimeo, 1930.
- PERISSINOTTO, Renato M. Classe dominante e política econômica na economia cafeeira (1906-30). **Perspectivas**, São Paulo, 16: 165-89, 1993.
- PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- QUEIROZ, Aristoteles de. Defeza do café. Não é possível a retenção no interior dos Estados onde não haja organização bancária. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. **O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil**. Rio de Janeiro: DNC, 1934.
- QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A interiorização da capital pela estrada de ferro sul do Espírito Santo**. Vitória: UFES, 2008. Dissertação de Mestrado
- RAMOS, Augusto. A intervenção do Estado na lavoura cafeeira. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. **O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil**. Rio de Janeiro: DNC, 1934.
- ROSA, Léa Brígida Rocha de Alveranga. **Uma ferrovia em questão**: a Vitória a Minas 1890-1940. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1985.
- ROTHERMUND, Dietmar. **The global impact of the great depression 1929-1939**. Routledge: Londres; Nova Iorque, 2002.
- TELLES, Antônio de Queiroz. Sistema adotado pelos fazendeiros de S. Paulo na venda de café. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. **O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil**. Rio de Janeiro: DNC, 1934.
- WANICK, Flávio Calmon. **Aristeu Borges de Aguiar**. Um presidente atropelado pela história. A política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930. Vitória: Flor & Cultura Editores, 2008.
- WIRTH, John D. **O fiel da balança**. Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.